POSSIBILIDADE DO ÁRBITRO PROFERIR SENTENÇA PARCIAL NA ARBITRAGEM BRASILEIRA

LA POSSIBILITÉ DE L'ARBITRE DE PROFÉRER LA SENTENCE PARTIELLE DANS LES ARBITRAGES BRÉSILIENNES

Helder Corrêa Marcellino¹

Valesca Raizer Borges Moschen²

RESUMO

A alteração do conceito de sentença proporcionada pelo advento da Lei nº 11.232 de 2005 repercutiu no sistema arbitral de resolução de controvérsias, encerrando o mito que existia da sentença parcial na arbitragem. Assim, analisa-se a necessidade ou não de autorização das partes para o árbitro ou o Tribunal Arbitral utilizar a técnica da sentença parcial. Nesse contexto, observou-se que hoje os regulamentos das principais câmaras arbitrais do Brasil permitem o proferimento da sentença parcial. Dessa maneira, uma vez prolatada, a sentença parcial será coberta pelo manto da coisa julgada para garantir a segurança das diversas situações jurídicas e poderá sofrer ação anulatória no teor dos arts. 32 e 33 da Lei de Arbitragem, sob pena de decair o prazo de noventa dias.

PALAVRAS – CHAVES: SENTENÇA PARCIAL ARBITRAL;
DESNECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO DAS PARTES; EFEITOS; COISA
JULGADA; CABIMENTO; AÇÃO ANULATÓRIA.

RÉSUMÉ

La modification du concept de sentence fourni par l'arrivée de la Loi n. 11.232 de 2005 s'est répercutée sur le système arbitral de résolution de conflits, en mettant fin au mythe qu'existait à propos de la sentence partielle. Ainsi, la nécessité ou la manque de nécessité d'autorisation des parties à l'arbitre ou au Tribunal Arbitral d'utiliser la technique de la sentence partielle est analysée. Dans ce contexte, il a été observé qu'aujourd'hui les règlements des principales chambres arbitrales au Brésil permettent la prononciation de la sentence partielle. Par conséquent, après proferée, la sentence partielle sera rendue sous le couvert de la chose jugée pour garantir la sécurité des diverses situations juridiques et pourra souffrir action d'annulation selon les articles 32 et 33 de la Loi d'Arbitrage, sous peine de décadence de la date limite de quatre-vingt-dix jours.

¹ Bacharelado em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Membro do Núcleo de Estudos em Arbitragem e Processo Internacional (NEAPI).

² Doutora em Direito e Relações Internacionais pela Universidade de Barcelona, Professora associada do Departamento de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFES.

MOTS - CLÉS: SENTENCE PARTIELLE ARBITRALE; DESNECESSITÉ D'AUTORISATION DES PARTIES; EFFETS; CHOSE JUGÉE; PERTINENCE; ACTION D'ANNULATION.

1 INTRODUÇÃO

O instituto da arbitragem está em constante diálogo com diversos ramos jurídicos, entre eles, o Direito Processual Civil amparado pelos preceitos constitucionais. Sob essa perspectiva é que se faz a análise da utilização da sentença parcial na arbitragem.

Nesse o diálogo entre o processo estatal e o processo arbitral, analisa-se como o árbitro poderia proferir a sentença parcial nos litígios arbitrais, uma vez que a Lei de Arbitragem não dispõe de dispositivo autorizador expresso. Para tanto, ideia aqui defendida baseia-se na confiança que as partes depositam no árbitro para solucionar a controvérsia, no ofício jurisdicional do árbitro, bem como na nova leitura que deve ser dada ao art. 29 que dispõe sobre a sentença arbitral.

Nessa esteira, fora estudado alguns regulamentos das principais câmaras de arbitragem do Brasil com o intuito de verificar como esta sendo disciplinado o uso da sentença parcial na arbitragem.

Sendo assim, exposta a análise da autorização, seja pelas partes, seja pelos regulamentos das instituições de arbitragem, restou esclarecer, para melhor análise da sentença parcial na arbitragem, duas questões: primeiramente, a coisa julgada alcança a sentença parcial arbitral? E ainda, caberia a proposição de ação anulatória da sentença parcial?

Diante desse panorama, buscou-se verificar se de fato é possível o árbitro utilizar a sentença parcial na arbitragem e demonstrar que tal técnica é equivalente a uma sentença proferida no final do processo arbitral, ou seja, a sentença parcial faz coisa julgada e contra ela caberá ação anulatória.

Para isso, o presente trabalho adotou o procedimento hipotético dedutivo e dialético de acordo com as questões postas. Utilizou-se de elementos normativos, doutrinários e jurisprudenciais. As discussões produzidas em seminários e artigos científicos de revistas especializadas também foram base para produção deste trabalho.

2 BREVE HISTÓRICO DE REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

O CPC de 1939 instaurou um confuso sistema no qual os operadores do direito deveriam identificar se a sentença, uma vez proferida, era meritória ou não. Assim, sendo de mérito, caberia recurso de apelação, caso contrário, o recurso cabível seria agravo de petição. No entanto, com o passar do tempo, surgiram inúmeras exceções que dificultavam a uniformização de entendimentos procedimentais.

Nesse contexto, em 1973, quando se editou novo/atual CPC, o legislador preocupou-se em criar um sistema recursal eficiente, se comparado ao Código de 1939. Desse modo, foi descartado o foco do conteúdo de provimento jurisdicional, dando importância a sua finalidade.

Para tanto, o art. 162 do CPC/1973 descreve quais seriam os atos do juiz: sentença, decisão interlocutória e despacho. Tal descrição objetivava harmonizar o sistema recursal ao enquadrar os atos jurisdicionais.

Acontece, todavia, que as alterações não foram imunes a críticas. Citando apenas uma delas, diversos doutrinadores afirmam que o juiz não pratica somente os atos classificados pelo art. 162, mas também atos materiais, por exemplo, oitiva de testemunha. Verificou-se também que a sentença não punha fim ao processo, conforme afirma o professor Carlos Alberto Carmona:

Havia portanto um consenso, desde o início da vigência do Código de Processo Civil, no sentido de que a sentença poria fim ao processo apenas numa determinada instância judicial, e ainda assim não marcaria o fim da atividade do juiz naquela instância, mas apenas assinalaria o término de sua capacidade de dar resposta jurisdicional, resolvendo ou não o litígio. Isso é muito menos do que "extinguir o processo" [...] Completando a ideia (finalista) do legislador, o art. 463 do CPC afirmava, em sua versão original, que ao publicar a sentença de mérito, o juiz cumpriria e acabaria o ofício jurisdicional, e só poderia alterar a sentença para correção de erros materiais ou via embargos de declaração [...] a convivência com os dois artigos citados - arts. 162 e 463 do CPC - foi razoavelmente pacífica até 1994, quando foi editada a Lei 8.952/94, que alterou a redação do art. 461 do CPC, introduzindo as medidas de apoio que, em pouco tempo, mostraram a inutilidade da ação de execução de sentença condenatória de obrigação de fazer ou não fazer. A partir daí - e com maior insistência a partir de 2002, quando a Lei 10.444/2002 desestruturou a execução calcada em sentença condenatória de obrigação de fazer, não fazer e entregar coisa - o art. 162 do CPC passou a ser questionado com maior vigor, já que o dispositivo legal contrastava com a realidade. Note-se: **a definição de sentença constante do art. 162 do CPC nunca foi real, foi sempre imaginária, mas o dispositivo legal começou a incomodar na medida em que avançou (e generalizou-se) a técnica executiva (que provoca atividades complementares para o cumprimento das sentenças), em detrimento da técnica condenatória pura (que suscitava o manejo da ação de execução).** [...] ¹ (grifo nosso)

Nesse retrospecto, fazia-se necessária a modificação do art. 162, § 1º, do CPC.

Em agosto de 2003, membros do Instituto Brasileiro de Direito Processual reuniram-se em Brasília para discutir as propostas que se transformaram nas Leis 11.232/2005 e 11.382/2006. Embora não tenham chegado a qualquer conclusão naquilo que concerne ao conceito de sentença, a proposta de alteração do art. 162, § 1º, do CPC reporta-se aos arts. 267 e 269 do CPC (sentença seria, portanto, "o ato do juiz proferido conforme os arts. 267 e 269 do CPC"). Contudo, no Senado foi realizada uma correção redacional, ficando o art. 162, § 1º, do CPC, com o seguinte texto: "sentença é o ato do juiz que implica alguma das situações previstas nos arts. 267 e 269 do CPC".²

Observa-se, que o legislador alterou o conceito de sentença ao modificar a redação do art. 162 do CPC, por consequência, também alterou os arts. 267, 269 e 463 do CPC. Tal alteração tem produzido uma série de discussões em torno de vários aspectos, dentre eles, pode-se citar: (1) se todas as decisões que têm o conteúdo dos arts. 267 e 269 do CPC são sentenças; (2) se há possibilidade da prolação de sentença parcial de mérito e a pluralidade de sentenças no processo; (3) qual seria o cabimento recursal, apelação cível ou agravo de instrumento; (4) sendo apelação o recurso cabível, qual seria o processamento³.

Diante dessa modificação do conceito de sentença e das intensas discussões, parcela conservadora da doutrina afirma que o conceito de sentença não se alterou, entendendo de forma contrária à nova redação do art. 162 do CPC. Esse posicionamento está ligado à Teoria da Unicidade da Sentença, que defende ser sem relevância o conteúdo da manifestação judicial, visto que o que deve ser observado é o momento em que o ato é praticado. Isso, de certa forma, é uma negativa ao proferimento de sentenças parciais de mérito.⁴

No entanto, parte da doutrina afirma que a alteração trazida pela Lei nº 11.232/2005 foi o rompimento do pensamento que dizia ser impossível proferir sentença parcial em um processo,⁵ porque

Na medida em que alterações no Código de Processo Civil foram sendo realizadas para o aperfeiçoamento de seus institutos rumo à maior efetividade, deixou de ter cabimento a apuração apenas *simultânea* de todos os pedidos formulados. A prática jurídica demonstra claramente que o juiz não necessariamente apura todas as questões exclusivamente de forma simultânea, nem apenas ao final da fase de conhecimento.⁶

Deve-se ressaltar que a nova conceituação de sentença trazida pela redefinição

do art. 162 do CPC é consectário lógico da efetividade da prestação jurisdicional que tem base no preceito constitucional estampado no art. 5º, LXXVII, CRFB/1988, haja vista que o juiz, diante de pedido maduro, poderá utilizar a técnica da sentença parcial, seguindo o procedimento normal aos demais pedidos.⁷

No entanto, as alterações trazidas pela legislação não instaurou na prática a era das sentenças parciais, como afirma o professor Carmona⁸, diante do profundo debate doutrinário travado sobre o tema.

Embora no processo judicial surja uma série de controvérsias e é pauta de uma árdua discussão em torno da técnica da sentença parcial, as alterações trazidas pela Lei nº 11.232/2005 repercutem no sistema arbitral de resolução de controvérsias, concedendo ao árbitro a possibilidade de proferir sentença parcial, posto que não há objeção que inadmita a utilização desse mecanismo na arbitragem.

Observa-se que a Lei de Arbitragem brasileira, quando de sua criação em 1996, adotou a versão do CPC de 1973 no que se refere ao conceito de sentença, conforme prescrevem os arts. 26, 29 e 30.⁹ Por isso, tais dispositivos não estabelecem a possibilidade de prolatar sentença parcial.

No entanto, a atual modificação alhures comentada abre caminhos para o aprimoramento do processo arbitral no Brasil.

Uma primeira consideração deve ser feita sobre o art. 29 da Lei de Arbitragem:

Art. 29. Proferida a sentença arbitral, dá-se por finda a arbitragem, devendo o árbitro, ou o presidente do tribunal arbitral, enviar cópia da decisão às partes, por via postal ou por outro meio de comunicação, mediante comprovação de recebimento, ou, ainda, entregando-a diretamente às partes, mediante recibo.

Esse dispositivo transmite a ideia de que haverá uma sentença e que esta só será proferida ao final da arbitragem, de acordo com o sistema processual de 1973, ou seja, que durante a jurisdição arbitral haverá uma única sentença que, por consequência, dará fim a arbitragem.

Sendo assim, antes da reforma do CPC não seria possível, mesmo com a permissão das partes, proferir sentença parcial, pois violaria o princípio do devido processo legal e o art. 29 da Lei 9307/1996 que afirmava existir apenas uma sentença¹⁰.

Contudo, a reforma processual foi um divisor de águas, posto que não haverá impedimento de ordem principiológica que proíba ao árbitro proferir sentença parcial, desde que autorizado pelas partes, como afirma o professor Carlos Alberto Carmona.¹¹

Além disso, o princípio da unicidade da sentença vista no art. 29 da Lei de Arbitragem é um equívoco conceitual, uma vez que tanto a sentença arbitral como a judicial é composta de capítulos de acordo com os temas que são resolvidos e, em certos momentos, os capítulos são destacados uns dos outros, ganhando vida própria e independência.¹²

Nesse sentido, Cândido Rangel Dinamarco clareia o entendimento aqui exposto, nos seguintes termos:

Não é adequado falar em sentença com um capítulo só, como às vezes se vê na doutrina. A sentença que não fosse portadora de duas ou mais decisões seria um todo unitário, sem divisão alguma em capítulos. Capítulo é porção, parte, parcela, segmento, ou seja, a unidade decorrente de uma divisão. É quase impossível conceber uma sentença sem mais de um capítulo, porque sempre há algo a ser decidido também quanto aos honorários de sucumbência (ainda que para negá-los) [...]¹³

Por esses argumentos, faz-se necessário a releitura do art. 29 da Lei 9.307/96 em conformidade com as alterações trazidas pela reforma de 2005. Assim, a sentença arbitral uma vez proferida poderá ser tanto parcial como global/ final.

Uma segunda dúvida que se deve sanar é o texto legal do art. 32, V, da Lei 9.307/1996: “art. 32. É nula a sentença arbitral se: [...] V - não decidir todo o litígio submetido à arbitragem; [...]”.

É imperante observar que o dispositivo suso transcrito refere-se à sentença *citra* ou *infra petita*, as quais não julgam completamente o caso. Não se trata em hipótese alguma de sentença parcial.¹⁴

Diante dessas considerações, sendo a Lei de Arbitragem um microsistema de direito material e processual que dialoga com os demais sistemas jurídicos, ambos referenciados pela Constituição Federal, verifica-se que a reforma do Código de Processo Civil foi marco de um novo panorama para a possibilidade de o árbitro proferir sentença parcial na arbitragem.¹⁵

3 O CABIMENTO DA SENTENÇA PARCIAL NA ARBITRAGEM: DESNECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO DAS PARTES.

Verifica-se que já foi demonstrada a repercussão da reforma processual na via arbitral, posto que, diferentemente da divergência que existe na jurisdição estatal sobre a possibilidade ou não de proferir sentença parcial, na arbitragem não há impedimento de ordem recursal para utilização de tal técnica.

Nesse cenário, cumpre descrever como se daria o cabimento da sentença parcial na arbitragem, seria por meio da autorização das partes, ou o árbitro poderia livre e espontaneamente proferir sentença parcial, mesmo na ausência de autorização das partes?

Como cediço, a arbitragem é movida pelo princípio da autonomia da vontade. É esse princípio que faz com que as partes tentem solucionar um determinado litígio pela via arbitral, e também com base nele que as partes fazem a escolha dos árbitros que atuarão na resolução das controvérsias.

A escolha dos árbitros é feita por plúrimas razões, seja pelo o assunto que versa a causa, seja porque é especialista na matéria em discussão, ou, ainda, porque é vinculado a uma determinada Câmara de Arbitragem, entre outras razões.

O fato é que os árbitros, que regerão o procedimento arbitral, gozam da confiança das partes e são depositários dessa confiança. Caso contrário, as partes não colocariam em suas mãos a resolução de conflitos que na maioria dos casos envolvem disputas relacionadas a grandes quantias econômicas.

Desse modo, o professor Carlos Alberto Carmona¹⁶ defende que, como a arbitragem é movida pelo princípio da autonomia da vontade, bastaria às partes na convenção, no termo, na ata de missão, ou qualquer outro documento, expressarem a permissão para que os árbitros profiram sentenças arbitrais parciais, a fim de suprir a omissão legal da Lei 9.307/1996. Isso porque a Lei de Arbitragem brasileira não tem qualquer dispositivo que autorize expressamente a utilização da sentença parcial arbitral.

O entendimento é perfeitamente compreendido e respeitado. Todavia, por outro olhar, essa não é única possibilidade de o árbitro proferir sentença parcial na arbitragem.

Defende-se que com apoio no princípio da autonomia da vontade, que propiciou a escolha do árbitro pelas partes, e buscando a agilidade do processo arbitral, o árbitro escolhido pelas partes goza de confiança, caso contrário, não exerceria sua

função de julgador, conforme estabelece o art. 13 da Lei 9.307/96, “Pode ser árbitro qualquer pessoa capaz e que tenha a confiança das partes.”

Desse modo, o árbitro tem o dever de conduzir o processo arbitral, em sintonia com as garantias constitucionais do processo, as simplificações e a flexibilidade fundamentais à consecução dos objetivos do processo. Sendo assim, ao árbitro, então, é permitido lançar mão da sentença parcial na arbitragem mesmo sem autorização expressa das partes e/ou silente o regulamento de arbitragem.

É do ofício jurisdicional do árbitro a atuação responsável diante do processo arbitral, como preceitua o §6º, art. 13, da Lei nº 9.307. Sendo exposto a diversas circunstâncias que lhe dão a opção do julgamento parcial, ao árbitro caberá decidir se é conveniente o uso da técnica da sentença parcial¹⁷.

A possibilidade de proferir sentença parcial sem autorização das partes decorre da inexistência de qualquer ofensa de igualdade de participação e, mesmo que haja tal ofensa, poderá a sentença ser mantida se não houver qualquer prejuízo em sentido material para a parte, no caso concreto. Aqui, a instrumentalidade das formas relaciona-se com o fato de que sem prejuízo não se pode haver nulidade.¹⁸ Desse modo,

Na teoria do processo, ganha projeção cada vez maior a ideia do aproveitamento dos atos processuais, da desconsideração de eventuais vícios formais, tudo em benefício da efetiva prestação da tutela jurisdicional: trata-se de evitar a extinção do processo por meras formalidades e privilegiar o julgamento de mérito tendo em vista o cumprimento dos escopos do processo [...]¹⁹

Além disso, outro argumento a favor da prolação de sentença parcial diante da ausência de autorização das partes é quando parte do processo arbitral encontra-se madura para o julgamento. A resolução dessa parte é manifesta, posto que a prestação jurisdicional com eficiência e celeridade é tarefa do julgador, de maneira que não necessitaria de autorização das partes para que o árbitro atuasse em conformidade com as exigências de sua função.²⁰

Nessa esteira, faz-se necessário reinterpretar o art. 29 da Lei de Arbitragem com as modificações trazidas pela Lei nº 11.232/2005 no seguinte sentido: uma vez “[...] proferida a sentença, parcial ou global, torna-se definitiva a questão, nos limites do que restou decidido.”²¹

Além de todas essas considerações, vale destacar também que muitas das arbitragens hoje realizadas são administradas por câmaras de arbitragem e constituem

Tribunal Arbitral. Assim, como a análise de situação casuística será realizada por órgão colegiado, será mais difícil o Tribunal Arbitral proferir sentença parcial que não esteja de acordo com o devido processo legal arbitral e que acarretará sérios prejuízos a uma das partes.

Sobre tal ponto, deve-se considerar ainda que atualmente as câmaras de arbitragem têm criado corpo de árbitro com profissionais renomados e de grande conhecimento. No caso, seria um leque de opções para as partes escolherem profissional gabaritado para dirimir controvérsia.

Muitas câmaras vão mais além e estabelecem em seus regulamentos que as partes deverão escolher, da lista de árbitro das instituições, ao menos um deles para compor o Tribunal Arbitral.

Isso de certa forma garante as câmaras maior conforto no sentido de que a decisão arbitral será de fato eficiente ao caso por ela administrado e que prevenirão decisões teratológicas, sendo respeitados os princípios básicos do processo.

Diante desses argumentos, afirma-se que poderá o árbitro proferir sentença parcial na arbitragem mesmo se as partes ou o regulamento for silente quanto a tal possibilidade, pois o árbitro está exercendo seu múnus de julgar.

Nessa esteira, cumpre observar que algumas câmaras de arbitragem brasileira inseriram em seus regulamentos a autorização para o Tribunal Arbitral proferir sentença parcial como Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM), Câmara de Arbitragem Empresarial – Brasil (CAMARB), Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM/CCBC), Câmara de Mediação e Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP/FIESP) até agosto de 2013 vigorava um regulamento que foi alterado em 22/04/2010 que não autorizava a prolação de sentença parcial. Recentemente, a partir de agosto de 2013, um novo regulamento entrou em vigor permitindo ao Tribunal Arbitral proferir sentença parcial nas arbitragens administradas pela câmara.

A inserção de dispositivo que autoriza o Tribunal Arbitral proferir sentença parcial demonstra um avanço e uma virada de pensamento da arbitragem no Brasil. É importante ponderar ainda que o fato de se ter o dispositivo no regulamento das instituições de arbitragem propicia a atualização das câmaras brasileiras ao cenário

nacional e internacional de resolução de conflitos, que a cada dia tem se aprimorado e se desenvolvido, a fim de tornar o procedimento mais célere, efetivo e flexível.

Feita a análise da possibilidade do árbitro utilizar a sentença parcial na arbitragem seja autorizado pelas partes ou pelos regulamentos ou mesmo ausente tal autorização. A sentença parcial, uma vez prolatada, produzirá efeitos na situação jurídica em discussão. Assim, passa-se a discutir se há de fato a coisa julgada parcial e o cabimento da anulação da sentença parcial.

4 A SENTENÇA PARCIAL ARBITRAL E A COISA JULGADA

Tendo como premissa que “a sentença arbitral produz, entre as partes e seus sucessores, os mesmos efeitos da sentença proferida pelos órgãos do Poder Judiciário [...]”, ideia consubstanciada no art. 31 da Lei de Arbitragem, vislumbra-se que o legislador equiparou a sentença arbitral à sentença judicial.

Não existe diferença entre as sentenças arbitrais e as estatais, posto que ambas extinguem uma relação jurídica por meio de um conteúdo substancial que pode ser declaratório, condenatório ou constitutivo. Tal conteúdo decisório faz coisa julgada entre as partes.

O professor Cândido Rangel Dinamarco afirma que

em direito processual, **coisa julgada é imutabilidade de sentença e seus efeitos. Ela só ocorre depois que a sentença se torna irrecorrível** porque, no momento em que é proferida, ela própria e seus efeitos ainda são mera proposta de solução de litígios (sentenças de mérito), ou simplesmente proposta de extinção do processo (terminativas); nesse primeiro momento ainda é possível a substituição da sentença e a alteração do teor do julgamento, em caso de recurso interposto pela parte vencida (CPC, art. 512). Uma decisão judiciária só se torna imune a qualquer questionamento futuro quando já não comporta recurso (CPC, art. 467) [...] ²² (grifo nosso)

Esmiuçando o dizer do ilustre professor, *prima facie*, afirmou que a sentença não é imediatamente imutável porque há no Direito Processual Civil o sistema recursal, fato que propiciará a rediscussão meritória.

Todavia, a Lei de Arbitragem elencou dentre seus dispositivos a inadmissibilidade do recurso ao Poder Judiciário, conforme dispõe a leitura do art. 18: “O árbitro é juiz de fato e de direito, e a sentença que proferir não fica sujeita a recurso ou a homologação pelo Poder Judiciário.”

O dispositivo transcrito não deixa margem de dúvidas de que não caberá recurso contra sentença arbitral ao Poder Judiciário. Além disso, o art. 31 reforça a qualidade da irrecorribilidade, sendo um complemento do art. 18 da Lei 9.307/96: “A sentença arbitral produz, entre as partes e seus sucessores, os mesmos efeitos da sentença proferida pelos órgãos do Poder Judiciário e, sendo condenatória, constitui título executivo.”

Sendo assim,

[...] As decisões arbitrais jamais se sujeitam ao controle jurisdicional estatal no que se refere à substância do julgamento, ou seja, ao *meritum causae* e possíveis *errores in iudicando*, não comportam censura no tocante ao modo como apreciam fatos e provas, ou quanto à interpretação do direito material ou aos pormenores de sua motivação. A definitividade dos pronunciamentos dos árbitros é efeito do livre exercício da autonomia da vontade pelos litigantes, manifestada quando optam por esse meio alternativo[...]²³

Desse modo, como em regra não há a figura do recurso na arbitragem²⁴, não se sustenta a insegurança jurídica que seria criada com a utilização da sentença parcial arbitral e a necessidade de interposição de um recurso contra ela cabível. Esse é outro fator positivo que milita no sentido favorável da prolação de sentença parcial na arbitragem.²⁵ Portanto, se não há recurso, não há rediscussão do mérito das decisões arbitrais.

Dessa maneira, sendo as decisões arbitrais equivalentes às decisões judiciais, ocorrerá a coisa julgada da sentença proferida pelo árbitro, sendo provida de plano de eficácia e de imutabilidade.

Nesse contexto, uma ressalva deve ser feita. Há divergência entre os estudiosos da arbitragem quanto ao trânsito em julgado da decisão arbitral, que para alguns é quando passado o prazo de cinco dias dos embargos (art. 30 da LAB) e para outros é quando passado o prazo de 90 dias da ação de anulação²⁶. Acontece que não se quer neste trabalho estabelecer quando ocorre a imutabilidade da sentença arbitral, apenas, afirmar que há de fato tal imutabilidade.

Se a coisa julgada abrange as decisões arbitrais, como preceitua o art. 30 da Lei de Arbitragem, e tendo a sentença parcial o mesmo efeito da sentença final, a sentença parcial também é imunizada pela a coisa julgada.

A sentença parcial como a sentença final, lança seus efeitos fora do processo e sobre a relação entre as partes litigantes. Por conseguinte, faz-se necessário preservá-los para que haja segurança jurídica.

Tal observação é até de ordem prática. Se não houver de fato a coisa julgada da sentença parcial, poderia o próprio árbitro ou Tribunal Arbitral reformulá-la na sentença final, fato que por si só desnaturaria a técnica da sentença parcial e causaria insegurança jurídica das decisões parciais na arbitragem.

A segurança jurídica é proporcionada pela coisa julgada que permite a pacificação, já a insegurança prejudica as diversas situações jurídicas. Por isso, a imutabilidade da sentença parcial e de seus efeitos é necessária para equilibrar tanto o processo arbitral como os efeitos dela fora do processo.

Nesse contexto, não há razão para que se afirme que a sentença parcial na arbitragem não é coberta pelo manto da coisa julgada.

A sentença parcial arbitral pode ser bem utilizada nas sentenças condenatórias que envolvem liquidação de sentença. Dessa forma, o árbitro proferirá sentença parcial que decidirá sobre o *an debeatur*, e outra sentença final identificando o *quantum debeatur*. Seria ilógico, numa situação hipotética de liquidação de sentença, o Tribunal Arbitral decidir em sentença parcial sobre o *an debeatur* e, posteriormente, em sentença final, poder alterar seu posicionamento. Essa conduta retiraria não só o carácter de definitividade e imutabilidade, mas também de utilidade da sentença parcial.

Ademais, por outra interpretação, supondo que fosse proferida sentença final em que o árbitro condenasse em um capítulo e em outro estabelecesse o valor da condenação, observar-se-á que embora autônomos, em ambos a coisa julgada imperará. Nesse sentido, como na sentença final os capítulos se tornarão imutáveis, não há motivo para não se aceitar a coisa julgada da sentença parcial, visto que a diferença é apenas uma questão do momento da imutabilidade.

Por isso, sendo a sentença parcial idêntica à sentença final, não há dúvida de que também faz coisa julgada a sentença parcial proferida pelo árbitro.

5 AÇÃO ANULATÓRIA E A SENTENÇA PARCIAL

A arbitragem tem-se mostrado um método eficaz e confiável de resolução de controvérsias patrimoniais. Não seria verdadeira tal assertiva, se os dados divulgados não demonstrasse o aumento de casos resolvidos por esta via de acesso à justiça.²⁷

Além das decisões arbitrais possuírem alto índice de confiabilidade, o ambiente em que se realiza a arbitragem pressupõe um relacionamento, que em regra, deve ser duradouro. Isso leva a constatação do cumprimento voluntário da sentença arbitral na maioria dos casos.

No entanto, pode a parte demandar ação anulatória em face da sentença arbitral.

Como cediço, a Lei de Arbitragem estabelece em seu art. 32 as causas de nulidade da sentença arbitral quando: for nulo o compromisso; emanou de quem não podia ser árbitro; não contiver os requisitos do art. 26 desta Lei; for proferida fora dos limites da convenção de arbitragem; não decidir todo o litígio submetido à arbitragem; comprovado que foi proferida por prevaricação, concussão ou corrupção passiva; proferida fora do prazo, respeitado o disposto no art. 12, inciso III, desta Lei; e forem desrespeitados os princípios de que trata o art. 21, § 2º, desta Lei.²⁸

Portanto, a nulidade da sentença arbitral não se refere à apreciação dos fatos e valoração das provas ou como foi interpretado o direito material pelos árbitros. A nulidade está restrita as causas apontadas pela Lei de Arbitragem.

Nesse sentido, o art. 33 da Lei 9.307/1996 estabelece que “a parte interessada poderá pleitear ao órgão do Poder Judiciário competente a decretação da nulidade da sentença arbitral” nos casos estabelecidos pelo art. 32 da mesma Lei, por meio da ação anulatória.

A ação de anulação deverá ser apresentada contra a sentença de mérito e não contra pronunciamentos interlocutórios que não se referem ao mérito da contenta. Uma das utilidades da referida ação é retardar a formação da coisa julgada, se proposta antes do prazo de 90 dias após o recebimento da notificação da sentença arbitral.

Dessa maneira, defende-se aqui o cabimento da ação de anulação da sentença parcial.

Primeiramente, tal afirmação deriva da leitura atual que se deve ter do conceito de sentença arbitral, posto que hoje se admite a sentença parcial na arbitragem, diante da alteração trazida pela Lei 11.232/2005.

Em segundo lugar, a sentença parcial resolve uma questão de mérito madura e independente das demais a serem resolvidas, ao passo que sobre ela recairá a imutabilidade da decisão trazida pela coisa julgada.

Por essas perspectivas, uma vez proferida sentença parcial de mérito caberá então ação anulatória prescrita no art. 33 que deverá ser proposta em conformidade com seu § 1º, isto é, no prazo de 90 dias após o recebimento da notificação da sentença parcial ou de seu aditamento. Caso não impugnada a sentença parcial no referido prazo, ocorrerá a imutabilidade da sentença, fato de impedirá a alegação de nulidade quando for proferida a sentença final, se o prazo nonagesimal estiver precluso.²⁹

É importante ressaltar que se adota aqui o prazo em comento como sendo decadencial e não prescricional. Caso fosse prescricional, haveria a possibilidade de suspensão ou interrupção do prazo legal, conforme dispõe os arts. 197 a 204 do Código Civil (CC), e o transcorrer do prazo não produziria a estabilidade da sentença arbitral. Além disso,

[...] apenas as ações condenatórias podem sofrer os efeitos da prescrição, pois são elas as únicas ações por meio das quais se protegem judicialmente os direitos que irradiam pretensões, isto é, os da primeira categoria da classificação de Chiovenda. Com efeito, as condenatórias são as únicas ações que servem de meio para se obter judicialmente, com a intervenção do Estado, satisfação das pretensões não atendidas extrajudicialmente pelos sujeitos passivos das relações jurídicas substanciais. Igual satisfação não é possível obter, jamais, por via de ações constitutivas ou declaratórias, pois essas têm finalidades diversas.³⁰

Por isso, defende-se aqui que o prazo para impugnar a sentença parcial é decadencial,³¹ uma vez ultrapassado, decai o direito da parte de anular a sentença parcial, transitando em julgado a decisão parcial.

No sentido dos argumentos traçados alhures, verifica-se no caso arbitral³² entre a empresa International Ipaper do Brasil Ltda. (Ipaper) *versus* Equipav S.A Açúcar e Álcool e Equipav Geradora de Energia Elétrica Ltda. A prolação pelo Tribunal Arbitral de sentença parcial e posteriormente demanda tutelando sua anulação.

O processo arbitral foi instaurado sob o fundamento da cláusula 12.3 do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado em 19.05.2008 entre as contraentes, sendo a Ipaper a compradora de energia elétrica, a Equipav AA a vendedora e a Equipav Geradora a interveniente.

De acordo com a cláusula 12 de solução de controvérsias, o contrato seria regido pela lei brasileira, escolheram a arbitragem como método de solução de conflitos que poderiam surgir, de acordo com as regras da Câmara de Conciliação e Arbitragem da FGV, em vigor na data em que for apresentado o respectivo pedido de instituição de arbitragem. Ficou definido também que a referida câmara que administrará o processo arbitral.

As empresas celebraram contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica em 2008, para vigorar por 12 anos, entre 01.01.2009 e 31.12.2020. Foram estabelecidos preços diferenciados em relação aos primeiros 5 anos e aos 7 anos finais de vigência do contrato, sendo esses preços significativamente elevados aos usualmente praticados no mercado, mas, com o objetivo de minimizar tais preços, uma cláusula expressa impôs ao Grupo Equipav a obrigação de repassar à IPaper o desconto estabelecido em lei. Esse desconto incidiria sobre a tarifa de uso do sistema de distribuição de energia e não propriamente sobre o preço desta, na prática, deveria ser computado pelas vendedoras de energia em suas faturas, sendo delas o encargo de obter o desconto perante Aneel.

Todavia, uma vez celebrado o contrato e já iniciada sua execução, o Grupo Equipav negou-se a favorecer a adquirente IPaper o desconto legal ajustado em cláusula contratual, alegando: (i) o contrato foi cedido à Equipav Geradora, esta, por sua vez, não reuniria em tese condições para obtê-lo junto à agência reguladora, mas somente a Equipav S.A. e (ii) que a Equipav S.A., que era no contrato a empresa vendedora, estava impedida de cumprir a cláusula porque toda sua capacidade de produção já teria sido comercializada com terceiros mesmo antes da celebração do contrato.

Posto essa controvérsia e tendo inserido no contrato cláusula compromissória, como já aventado, a IPaper promoveu uma demanda preparatória da arbitragem que seria instaurada. A medida cautelar foi deferida em antecipação dos efeitos da tutela para determinar às empresas Equipav a realização de providências destinadas à substituição de uma pela outra no contrato celebrado com IPaper e mandar que diligenciassem a aplicação do desconto tarifário legal pretendido pela IPaper.

Posteriormente, o Tribunal Arbitral deu provimento ao pedido das Requeridas para suspender a eficácia da decisão liminar até a audiência de justificação.

Em seguida, de forma sintética, o Tribunal Arbitral decidiu, **em sede de sentença parcial**, pela procedência do pleito indenizatório (apenas, quanto ao *an debeatur*), ficando para uma etapa distinta (caso não haja acordo entre as partes) a

deliberação sobre a quantificação do dano.

Decidiu também o Tribunal que os valores devidos a título de ressarcimento deverão ser corrigidos monetariamente e acrescidos de juros de 1% ao mês, desde a data da instauração do procedimento.

Por fim, tratou a sentença parcial, em decorrência das irregularidades praticadas pelas empresas do Grupo Equipav, sobre a possibilidade de rescisão contratual.

Em sentença parcial, o Tribunal Arbitral deu provimento ao pleito de resolução do contrato, adequadamente formulado pela IPaper. Entendeu que não sendo viáveis as providências requeridas para dar cumprimento do contrato, insta, por conseguinte, declarar sua rescisão. Como as requeridas contribuíram para que a prestação se tornasse impossível, entendeu também que elas respondem pelas perdas e danos, como sanção pelo inadimplemento contratual, cujo montante foi prefixado na cláusula penal.

Sendo assim, deixou para momento posterior a liquidação da sentença arbitral para determinar o valor da diferença de preço que tem direito a Requerente quando a Renuka obteve a redução da tarifa, o valor da multa contratual prevista e a indenização.

Todos os pedidos das requeridas foram julgados improcedentes.

Como se vislumbra, o presente caso é rico em vários aspectos interessante no que se refere ao sistema arbitral. Nele se consegue discutir uma infinidade de questões relevantes. Tendo em mente o que se propõe o presente estudo, verifica-se no caso em tela que houve a prolação pelo Tribunal Arbitral de sentença parcial no Brasil em que foi julgado apenas o *an debeatur*.

O Grupo Equipav, por sua vez, propôs no Juízo estatal ação anulatória da sentença arbitral parcial (0200971-12.2011.8.26.0100), fundada nos arts. 32 e 33 da Lei de Arbitragem, alegando que a rescisão contratual não havia sido pedida inicialmente pela então autora do procedimento arbitral, Ipaper, e que a explicitação desse pedido apenas em réplica não teria o efeito de alargar o objeto do processo arbitral.

Outro questionamento refere-se à flexibilidade do processo arbitral em sua aplicação ao presente caso, invocam a necessária correlação entre a sentença e a demanda, haurida da teoria geral do processo, reportando-se à garantia constitucional do contraditório processual.

Nessa esteira, sustentam que o vício existente naquele capítulo portador da desconstituição contratual seria determinante para anulação de toda sentença parcial, pois os arts. 32 e 33 da Lei da Arbitragem não contém explícita autorização para a

anulação parcial da sentença arbitral.

Além disso, em sede de anulação da sentença parcial, o Grupo Equipav, ora requerente, estampou no rol de pedidos a suspensão integral dos efeitos de tal sentença com sua comunicação ao órgão regulador; subsidiariamente, a suspensão parcial daqueles efeitos, somente para atingir a resolução contratual; bem como a determinação à IPaper de que se abstenha de qualquer providência destinada ao cancelamento do registro do contrato, sob pena de multa repressiva.

O Juízo concedeu a antecipação dos efeitos da tutela asseverando a verossimilhança do direito por elas afirmado, fazendo analogia ao disposto no art. 264 do CPC e o fato de (supostamente) não haverem eles anuído àquela suposta alteração da demanda e disse também “que aquela sentença arbitral poderia vir a incidir imediatamente com a rescisão contratual daquele instrumento entre os litigantes”.

Diante da concessão da medida liminar para surtir os efeitos da decisão arbitral, a ora Requerida da ação anulatória, IPaper, interpôs o recurso de Agravo de Instrumento no Tribunal de Justiça de São Paulo (0293432-12.2011.8.26.0000) para desconstituir a decisão liminar do Juízo *a quo*. Foi concedido o efeito suspensivo da decisão do Juízo de piso que deferiu a antecipação dos efeitos da tutela contra sentença arbitral parcial. O efeito suspensivo foi mantido, mesmo com o pedido de revisão com o Agravo Regimental.

A conclusão do Agravo de Instrumento consubstancia-se no seguinte excerto da decisão:

[...] Em tese, para fins de tutela antecipada, **inexiste prova inequívoca com verossimilhança de alegações capaz de justificar a concessão de tutela antecipada para suspender os efeitos de uma sentença arbitral**. Em favor da sentença arbitral já repousa a presunção de validade, ou seja, de não ocorrência de nulidades, até porque as partes caminharam até o final da decisão sob a égide do juízo arbitral por eles mesmos eleito. Somente em casos teratológicos, de evidente nulidade é que se justificaria a concessão de tutela antecipada para sustar os efeitos da sentença arbitral. Ademais, manter a liminar concedida seria obrigar uma das partes a permanecer jungida a um contrato que não mais lhe interessa, o que seria descabido, até porque se a ação principal vier a ser julgada procedente, a parte que descumpriu o contrato de forma acaso ilícita responderá por perdas e danos, se for o caso. Recurso de agravo de instrumento provido, prejudicado o julgamento do agravo regimental. (grifo nosso)

Diante do contexto fático, cumpre tecer alguns comentários sobre a ação de anulação da sentença parcial arbitral, bem como do recurso de Agravo de Instrumento, principalmente, no que tange ao tema tratado no presente trabalho.³³

Um dos pedidos em sede de ação anulatória foi justamente a anulação integral da sentença parcial fundada na decretação da rescisão do contrato entre as partes, sob o argumento de que os arts. 32 e 33 da Lei de Arbitragem não dispõem da anulação

parcial da sentença.

Como se verifica, a sentença parcial possui dois capítulos autônomos que se referem tanto à rescisão contratual e outro referente à condenação de restituição dos valores pagos a maior. Frisa-se, são capítulos autônomos que não existe qualquer relação de dependência um com o outro.

O nobre professor Candido Rangel Dinamarco afirma que “a invalidade parcial de um negócio jurídico não o prejudicará na parte válida, se esta for separável” (art. 184 do CC/2002), ou seja, a regra da Teoria Geral do Direito diz que a decretação de nulidade recairá apenas na parte defeituosa. Trata-se do princípio da conservação dos negócios jurídicos.

Na mesma linha, o CPC dispõe que “a nulidade de uma parte do ato não prejudicará as outras, que dela sejam independentes” (art. 248, parte final), para isso, “o juiz, ao pronunciar a nulidade, declarará que atos são atingidos, ordenando as providências necessárias, a fim de que sejam repetidos, ou retificados” (art. 249). Portanto, tais dispositivos levam asseverar que num ato, no qual o juiz toma mais de uma decisão e não há relação de dependência entre elas, a nulidade de um capítulo não se propaga ao demais, a fim de preservar os atos.

Sobre os capítulos da sentença parcial pondera o ilustre professor Dinamarco:

[...] ante o disposto no art. 184 do CC/2002 e no art. 48 do CPC, que os dois capítulos contidos na r. sentença arbitral aqui em exame são *reciprocamente autônomos* e cada um deles pode ter vida própria, independentemente do outro. O capítulo condenatório por pecúnia (pagamentos indevidos a maior) e o capítulo desconstitutivo do contrato (rescisão) pouco mais têm comum que *parte da motivação do julgado*, a qual coincide na medida em que tanto um quanto outro se apoiam no direito da ora consulente ao *desconto* que aquelas empresas lhe negam. O efeito prático de cada um é distinto do efeito prático do outro porque, como é claramente óbvio, para efetivar o direito a esse ressarcimento *não é necessário que o contrato seja rescindido*. Esse crédito da IPaper existe quer o contrato se finde, quer ele permaneça.

À própria lei não são estranhas as anulações parciais de sentença. Na disciplina da execução provisória, o art. 475-O, § 1.º, do CPC prevê o caso de a sentença ser anulada apenas em parte, para dispor que, nessa situação, somente nessa parte ficará sem efeito a execução.

Noutro giro, mesmo que fosse inadmissível a tese aqui defendida da sentença parcial, continua-se a defender que a anulação deveria ser apenas do capítulo da sentença impugnado, a rescisão contratual.

Ademais, o que mais importa da situação casuística em análise é que a demanda anulatória sofrida pela decisão parcial não foi originada pelo uso da técnica da sentença parcial pelo Tribunal Arbitral, mas pelos supostos vícios apontados pela Demandante. Isso está de acordo com o que se defende no presente trabalho, que é cabível demanda anulatória da sentença parcial.

Por outro aspecto, o Poder Judiciário por meio do Juízo de 1º Grau e do Tribunal de Justiça em momento algum levantaram qualquer argumento contra o uso da sentença parcial proferida pelo Juízo Arbitral, mesmo não tem dispositivo autorizador da técnica parcial de Lei de Arbitragem.

Nessa esteira, ressalta-se então que a sentença parcial sofreu demanda anulatória em que o Tribunal de Justiça de São Paulo presumiu sua validade e eficácia semelhante à sentença global. Por fim, o Juízo de 1º Grau julgou improcedente a ação de anulação da sentença parcial, por consequência, confirmou e restabeleceu a plenitude dos efeitos da sentença arbitral proferida.³⁴

6 O ANTEPROJETO DA LEI DE ARBITRAGEM

Atualmente há o Projeto de Lei do Senado de nº 406/2013 que altera alguns dispositivos da Lei de Arbitragem brasileira como determinar a escolha do árbitro, a concessão de tutelas cautelares e de urgência, entre outras.

No pacote de alterações, há previsão de inclusão de um parágrafo no art. 23 do capítulo referente à sentença arbitral que autoriza de forma expressa a utilização da sentença parcial.

Além disso, o Projeto altera a redação do § 1º do art. 33 acrescentando a demanda de nulidade de sentença parcial.

Essas alterações permitem a atualização de legislação nacional, adaptando-se as mudanças e as necessidades das arbitragens não só nacionais, mas também internacional.

As vantagens com que uma lei moderna pode contribuir para o desenvolvimento da arbitragem são, entre outras, a certeza jurídica que deriva de um texto escrito com caráter obrigatório, a transparência das soluções que hoje permanecem quase ocultas, só conhecidas pelos entendidos, a divulgação das regras estabelecidas e com isto a democratização de uma instituição que cada vez mais vai ampliando o seu campo de utilização.³⁵

Verifica-se então o amadurecimento do instituto da arbitragem no Brasil que a cada dia tem se desenvolvido, encontrando mais espaço no cenário nacional.

7 CONCLUSÃO

A alteração do conceito de sentença trazida pela criação da Lei 11.232/2005 permitiu a reinterpretação do art. 29 da Lei de Arbitragem, posto que à época de sua

criação vigorava o sistema processual de 1973, o qual apenas admitia a existência de uma sentença ao final do processo.

Como fora visto neste trabalho, o árbitro pode proferir sentença parcial mesmo sem autorização das partes, desde que não haja expressa desautorização para uso de tal técnica. Essa afirmação é baseada no princípio da autonomia da vontade, visto que o árbitro goza da confiança das partes, caso contrário, não exerceria sua função jurisdicional, como preceitua o art. 13 da Lei 9.307/96. Assim, utilizando-se do poder de conduzir o processo arbitral, em conformidade com as garantias constitucionais do processo, o árbitro pode, no caso concreto, lançar mão das sentenças arbitrais parciais.

Ademais, a resolução de parte do processo arbitral que se encontra madura para o julgamento é dever do julgador, de forma que não necessitaria da exigência de autorização das partes para que o árbitro atuasse de acordo com sua função.

Observa-se também que a sentença parcial assim como a sentença final reveste-se do manto da imutabilidade das decisões jurisdicionais, a fim de conferir segurança jurídica as diversas situações jurídicas que são afetadas pelo pronunciamento jurisdicional. Sendo coberta pelo manto da coisa julgada, caberá também a proposição de ação anulatória da sentença arbitral.

Ainda é imperante considerar que se há alguma dúvida que a sentença parcial é uma técnica cada vez mais presente na resolução de litígios arbitrais, o Projeto de Lei que altera a Lei de Arbitragem afirma que a sentença parcial será uma realidade no Brasil, pois cria dispositivo que autoriza o árbitro proferir sentença parcial.

Por fim, pode-se asseverar que a sentença parcial é mais um recurso que os árbitros têm em suas mãos para potencializar os benefícios que a arbitragem oferece.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ricardo Ramalho. A anulação de sentenças arbitrais e a ordem pública. *Revista de Arbitragem e Mediação*. São Paulo, v. 9, p. 262, 2006.

ALVES, Rafael Francisco. O devido processo legal na arbitragem. In: JOBIM, Eduardo; MACHADO, Rafael Bicca (Coord.). *Arbitragem no Brasil: aspectos jurídicos relevantes*. São Paulo: Quartier Latin, 2008. p. 381 – 416

ALVIM, J. E. Carreira. *Direito arbitral*. Rio de Janeiro: Forense, 2007. p. 373-374.

AMBRIZZI, Tiago Ravazzi. Reflexões sobre o controle judicial da sentença arbitral. *Revista de Processo*. São Paulo v. 214, p. 299, 2012

AMORIM FILHO, Agnelo. Critério científico para distinguir a prescrição da decadência e para identificar as ações imprescritíveis. *Revista dos Tribunais*. São Paulo, v. 744, p. 725, 1997.

ARMELIN, Donaldo. Decadência e arbitragem na apelação 990.09.306516-9 do tjsp. *Revista de Arbitragem e Mediação*. São Paulo, v. 29, p. 223, 2011.

AYOUB, Luiz Roberto; PELLEGRINO, Antônio Pedro. A sentença parcial. *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, ano 2009, v. 22, p. 33 – 47, 2009.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Efetividade do processo e técnica processual*. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 434.

CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e processo: um comentário à lei nº 9.307/96*. 3.ed. São Paulo. Atlas, 2009. p. 353-356

CARMONA, Carlos Alberto. Ensaio sobre a sentença arbitral parcial. *Revista de Processo*, ano 33, v. 165, p. 9 – 27, 2008.

CENTRO DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO BRASIL-CANADÁ (CAM/CCBC). Disponível em: <<http://www.ccbc.org.br/default.asp?id=30>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

CONTRATO para fornecimento de energia elétrica. cessão contratual. inadimplemento contratual. repasse de desconto tarifário. *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, v. 35, p. 411, 2012.

DINAMARCO, Candido Rangel. *Capítulos da sentença*. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 35.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Estudos em arbitragem, mediação e negociação*. Brasília, v. 2, p 19-33, 2003.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*. vol 3. São Paulo: Malheiros, 2009. P. 300

DINAMARCO, Cândido Rangel. Possibilidade de emendas e alterações a pedidos e o princípio da estabilização no procedimento arbitral. *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, v. 35, p. 227, 2012.

FICHTNER, José Antonio; MONTEIRO, André Luís. *Temas de arbitragem: primeira série*. Rio de Janeiro: Renovar, 2010. p. 157.

FONSECA, Rodrigo Garcia da. A arbitragem e a reforma processual da execução. sentença parcial e cumprimento da sentença. anotações em torno da lei 11.232/2005. *Revista de Arbitragem e Mediação*. São Paulo. ano 4. v. 14. p. 31-47, 2007.

HOFMEISTER, Wilhelm; TREIN, Franklin (orgs.). *Anuário Brasil- Europa 2002: solução de controvérsias, arbitragem comercial e propriedade intelectual*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2003. p. 174

LEMOS, Julio Cesar Lazzarini. *Solução na arbitral: Câmara Brasil-Canadá muda medidas de urgência*. Conjur. Disponível em: < <http://www.conjur.com.br/2012-mai-02/julio-cesar-lazzarini-regulamento-cam-ccbc-muda-medidas-urgencia>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

OLIVEIRA, Bruno Silveira de. A “intelocutória faz-de-conta” e o “recurso ornitorrinco” (ensaio sobre a sentença parcial e sobre o recurso dela cabível). *Revista de Processo*. São Paulo, ano 37, v. 203, 2012.

REDONDO, Bruno Garcia. Sentença parcial de mérito e apelação em autos suplementares. *Revista de Processo*, v. 160, p. 142, 2008.

WALD, Arnold. A validade da sentença arbitral parcial nas arbitragens submetidas ao regime da CCI. *Revista de Direito Bancário do Mercado de Capitais e da Arbitragem*, São Paulo, ano 5, v. 17, p 329-341, 2002.

¹ CARMONA, Carlos Alberto. Ensaio sobre a sentença arbitral parcial. *Revista de Processo*, ano 33, v. 165, p. 9 – 27, 2008.

² Ibid. p. 9 – 27.

³ REDONDO, Bruno Garcia. Sentença parcial de mérito e apelação em autos suplementares. *Revista de Processo*, v. 160, p. 142, 2008.

⁴ Ibid. p. 142.

⁵ Há quem diga que a sentença parcial foi, “[...] em verdade, originariamente trazido à baila pela Lei 10.444/2002 que, dentre outras inovações, acrescentou o § 6º ao art. 273 do CPC. A nosso sentir, o referido parágrafo encerra uma sentença parcial por via oblíqua, isto é, a sentença se encontra, no caso *sub examen*, camuflada na tutela antecipada[...]” Cf. AYOUB, Luiz Roberto; PELLEGRINO, Antônio Pedro. A sentença parcial. *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, ano 2009, v. 22, p. 33 – 47, 2009.

⁶ REDONDO, 2008, p. 142.

⁷ AYOUB; PELLEGRINO. 2009, p.142.

⁸ Cf.: CARMONA, 2008. p. 9 – 27.

⁹ Art. 26. São requisitos obrigatórios da sentença arbitral: I - o relatório, que conterá os nomes das partes e um resumo do litígio; II - os fundamentos da decisão, onde serão analisadas as questões de fato e de direito, mencionando-se, expressamente, se os árbitros julgaram por equidade; III - o dispositivo, em que os árbitros resolverão as questões que lhes forem submetidas e estabelecerão o prazo para o cumprimento da decisão, se for o caso; e IV - a data e o lugar em que foi proferida. Parágrafo único. A sentença arbitral será assinada pelo árbitro ou por todos os árbitros. Caberá ao presidente do tribunal arbitral, na hipótese de um ou alguns dos árbitros não poder ou não querer assinar a sentença, certificar tal fato. Art. 29. Proferida a sentença arbitral, dá-se por finda a arbitragem, devendo o árbitro, ou o presidente do tribunal arbitral, enviar cópia da decisão às partes, por via postal ou por outro meio qualquer de comunicação, mediante comprovação de recebimento, ou, ainda, entregando-a diretamente às partes, mediante recibo. Art. 30. No prazo de cinco dias, a contar do recebimento da notificação ou da ciência pessoal da sentença arbitral, a parte interessada, mediante comunicação à outra parte, poderá solicitar ao árbitro ou ao tribunal arbitral que: I - corrija qualquer erro material da sentença arbitral; II - esclareça alguma obscuridade, dúvida ou contradição da sentença arbitral, ou se pronuncie sobre ponto omitido a respeito do qual devia manifestar-se a decisão. Parágrafo único. O árbitro ou o tribunal arbitral decidirá, no prazo de dez dias, admitindo a sentença arbitral e notificando as partes na forma do art. 29.

¹⁰ CARMONA, 2008. p. 9 – 27.

¹¹ CARMONA, 2008. p. 9 – 27.

¹² FONSECA, Rodrigo Garcia da. A arbitragem e a reforma processual da execução. sentença parcial e cumprimento da sentença. anotações em torno da lei 11.232/2005. *Revista de Arbitragem e Mediação*. São Paulo. ano 4. v. 14. p. 31-47, 2007.

¹³ DINAMARCO, Cândido Rangel. *Capítulos da sentença*. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 35.

¹⁴ FONSECA, op. cit., p. 31-47, nota 12.

¹⁵ Diferente do campo arbitral, é importante lembrar que a sentença parcial judicial cria um considerável tumulto para uma parte da doutrina em razão das regras recursais, fato que leva muitos não a aceitar. Sobre o assunto: OLIVEIRA, Bruno Silveira de. A “intelocutória faz-de-conta” e o “recurso ornitorrinco” (ensaio sobre a sentença parcial e sobre o recurso dela cabível). *Revista de Processo*. São Paulo, ano 37, v. 203, 2012.

¹⁶ CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e processo: um comentário à lei nº 9.307/96*. 3.ed. São Paulo. Atlas, 2009. p. 353-356

¹⁷ WALD, Arnold. A validade da sentença arbitral parcial nas arbitragens submetidas ao regime da CCI. *Revista de Direito Bancário do Mercado de Capitais e da Arbitragem*, São Paulo, ano 5, v. 17, p 329-341, 2002.

¹⁸ BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Efetividade do processo e técnica processual*. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 434.

¹⁹ ALVES, Rafael Francisco. O devido processo legal na arbitragem. In: JOBIM, Eduardo; MACHADO, Rafael Bicca (Coord.). *Arbitragem no Brasil: aspectos jurídicos relevantes*. São Paulo: Quartier Latin, 2008. p. 381 – 416

²⁰ FICHTNER, José Antonio; MONTEIRO, André Luís. *Temas de arbitragem: primeira série*. Rio de Janeiro: Renovar, 2010. p. 157.

²¹ *Ibid.* p. 172.

²² DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*. vol 3. São Paulo: Malheiros, 2009. P. 300

²³ O professor Dinamarco ainda faz uma interessante reflexão quanto à liberação do controle da sentença arbitral pelo Judiciário, uma vez que poderia ser um fator de esvaziamento da arbitragem, comprometendo não só os fundamentos e objetivos, seja no prolongamento da contenda, seja aumentando os custos de transação e até mesmo retirando a publicidade, que são natos do próprio procedimento arbitral. Cf: DINAMARCO, Cândido Rangel. *Estudos em arbitragem, mediação e negociação*. Brasília, v. 2, p 19-33, 2003.

²⁴ Quando se diz que não existe recurso na arbitragem, fala-se que a sentença arbitral não se submete ao controle judicial de mérito. No entanto, as regras escolhidas ou criadas pelas partes podem prever a possibilidade do recurso, embora não seja comum, não há impedimento de que as partes não possam prever a recorribilidade da sentença por outra arbitragem. Cf.: ALVIM, J. E. Carreira. *Direito arbitral*. Rio de Janeiro: Forense, 2007. p. 373-374.

. p. 370; FICHTNER;MONTEIRO, 2010, p. 157.

²⁵ FICHTNER;MONTEIRO, 2010, p. 169.

²⁶ A professora Selma Lemes defende que a sentença arbitral será imutável quando passado o prazo de 90 dias para propositura da ação anulatória. Por outro lado, o professor Carreira Alvim afirma que a sentença arbitral será desde sua prolação imutável, caso não seja cabíveis os embargos arbitrais. Cf.: LEMES, Selma Maria Ferreira. A sentença arbitral. *Revista de Arbitragem e Mediação*. São Paulo. V. 4. p. 26. 2005. ; ALVIM, J. E. Carreira. *Direito arbitral*. Rio de Janeiro: Forense, 2007. p. 376.

²⁷ O CAM/CCBC desde que iniciou seu funcionamento, há 32 anos, recebeu e processou 275 arbitragens; mas só em 2011 foram 60 casos, ou seja, 20% do total em apenas um ano. Isso é um sinal evidente de que a demanda pelos serviços do CAM cresceu de maneira excepcional, bem como a arbitragem vem ganhando cada dia mais espaço. In: LEMOS, Julio Cesar Lazzarini. *Solução na arbitral: Câmara Brasil-Canadá muda medidas de urgência*. Conjur. Disponível em: < <http://www.conjur.com.br/2012-mai-02/julio-cesar-lazzarini-regulamento-cam-ccbc-muda-medidas-urgencia>>. Acesso em: 15 ago. 2013. O CAM-CCBC fechou o primeiro semestre de 2012 com 39 novas arbitragens. Os processos envolvem, em sua grande maioria, disputas societárias, contratos de prestação de serviços, de compra e venda e do setor da construção civil. Cf: CENTRO DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO BRASIL-CANADÁ (CAM/CCBC). Disponível em: < <http://www.ccbc.org.br/default.asp?id=30>>. Acesso em: 25 ago. 2013.

²⁸ Observa-se que não se encontra no rol de nulidade da sentença parcial a ordem pública. Ricardo Ramalho Almeida explica o porquê da não inclusão: “Em debate realizado em 13.04.2004 na Confederação Nacional do Comércio, os ilustres juristas Carlos Alberto Carmona, Selma Lemes e Pedro Batista Martins, membros da Comissão que redigiu a Lei [de Arbitragem], revelaram ter sido proposital a

omissão da ‘ordem pública’ como fundamento para a anulação da sentença arbitral, tendo-se recusado a deixar uma porta aberta de tão amplas possibilidades como a ordem pública, com receio de que virtualmente todos os inconformismos viessem a desaguar no Poder Judiciário, sob a roupagem vaga e multiforme de ‘ofensa à ordem pública’.” Cf. ALMEIDA, Ricardo Ramalho. A anulação de sentenças arbitrais e a ordem pública. *Revista de Arbitragem e Mediação*. São Paulo, v. 9, p. 262, 2006.

²⁹ No mesmo entendimento do presente trabalho escreve Tiago Ravazzi Ambrizzi. Cf. Reflexões sobre o controle judicial da sentença arbitral. *Revista de Processo*. São Paulo v. 214, p. 299, 2012

³⁰ AMORIM FILHO, Agnelo. Critério científico para distinguir a prescrição da decadência e para identificar as ações imprescritíveis. *Revista dos Tribunais*. São Paulo, v. 744, p. 725, 1997.

³¹ Há julgado que afirma ser o prazo para impugnar a sentença arbitral é decadencial e não prescricional. É o caso Apelação Cível 990.09.306516-9 do Tribunal de Justiça de São Paulo: “O venerando acórdão, após o reconhecimento da ocorrência de decadência no caso *sub judice*, reafirmou, em vários de seus pontos, a lisura das decisões dos árbitros que atuaram na arbitragem de onde emergiu a decisão cuja nulidade foi postulada na via da ação aforada. Assim, a par de reconhecer como decadencial a natureza jurídica do prazo para a propositura da ação anulatória, examinou também a r. decisão anulada, demonstrado que, em quaisquer hipóteses, mesmo que os seus fundamentos pudessem ser reconhecidos como passíveis de conhecimento, sua rejeição seria inexorável. O decurso *in albis* do prazo para o aforamento da ação contra a decisão anulada foi reconhecido como suficiente para o improvimento do recurso tirado da sentença que declarou a decadência consumada.” Cf. ARMELIN, Donald. Decadência e arbitragem na apelação 990.09.306516-9 do tjsp. *Revista de Arbitragem e Mediação*. São Paulo, v. 29, p. 223, 2011.

³² O presente caso refere-se ao procedimento arbitral nº 7/2010, publicado na Revista de Arbitragem e Mediação, instaurado na Câmara da Fundação Getúlio Vargas de Conciliação e Arbitragem. Não se quer aqui aprofundar em todos os aspectos que o caso aborda, mas apenas no que se refere à sentença parcial e a demanda anulatória. A síntese exposta do caso fora retirada de tal publicação. Cf.: CONTRATO para fornecimento de energia elétrica. cessão contratual. inadimplemento contratual. repasse de desconto tarifário. *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, v. 35, p. 411, 2012.

³³ DINAMARCO, Cândido Rangel. Possibilidade de emendas e alterações a pedidos e o princípio da estabilização no procedimento arbitral. *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, v. 35, p. 227, 2012.

³⁴ Hoje, tramita no Tribunal de Justiça de São Paulo o recurso de apelação cível, movida pelo Grupo Equipav, em face da decisão de improcedência da anulação da sentença parcial arbitral.

³⁵ HOFMEISTER, Wilhelm; TREIN, Franklin (orgs.). *Anuário Brasil- Europa 2002: solução de controvérsias, arbitragem comercial e propriedade intelectual*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2003. p. 174